

GLP O  
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do passivo a descoberto</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
GLP O Participações S.A**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP O Participações S.A, (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP O Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Investimento em controladas em conjunto mensurado pelo método da equivalência patrimonial

Notas explicativas nº 3.4 e 6 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme a nota explicativa nº 6, a Companhia possuía registrado em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 o investimento na controlada em conjunto Concessionária de Rodovia MS-306 no montante de R\$ 33.459, o qual representa 99% dos ativos mantidos pela Companhia, mensurado pelo método de equivalência patrimonial sendo os valores testados anualmente pela Companhia para identificar indícios de perda no valor recuperável desse investimento.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o ativo e o reconhecimento de resultado da Companhia, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Analisamos os documentos societários relevantes da companhia investida, validamos o percentual de participação e efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial;</li><li>– Obtivemos as últimas demonstrações financeiras auditadas da Companhia investida e avaliamos a existência de algum assunto significativo;</li><li>– Realizamos a revisão dos trabalhos dos auditores da companhia investida, com base na NBTC TA 600 (ISA 600), incluindo comunicação com a equipe de auditoria da companhia investida, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos, assim como os resultados alcançados; e</li><li>– Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados para validar a mensuração da equivalência patrimonial do investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Thais de Lima Rodrigues Leandrini  
Contadora CRC-1SP280836/O-5

## GLP O Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixas	5	385	3.321	Empréstimos e financiamentos	8	36.723	875
Adiantamentos a fornecedores		3	8	Contas a pagar		158	126
Impostos e contribuições a compensar		68	15	Obrigações fiscais		<u>2</u>	<u>2</u>
Outros ativos circulantes		<u>-</u>	<u>2</u>	Total dos passivos circulantes		<u>36.883</u>	<u>1.003</u>
Total dos ativos circulantes		<u>456</u>	<u>3.346</u>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Investimentos em controladas em conjunto	6	33.459	27.900	Empréstimos e financiamentos	8	-	35.000
Outros ativos	7	<u>-</u>	<u>119</u>	Impostos diferidos passivos	13	<u>2</u>	<u>22</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>33.459</u>	<u>28.019</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>2</u>	<u>35.022</u>
				<b>Passivo a descoberto</b>			
<b>Total dos ativos</b>		<u><u>33.915</u></u>	<u><u>31.365</u></u>	Capital social	10	1.572	519
				Reserva de capital	10	-	11
				Prejuízos acumulados	10	<u>(4.542)</u>	<u>(5.190)</u>
				Total do passivo a descoberto		<u>(2.970)</u>	<u>(4.660)</u>
				<b>Total dos passivos e passivo a descoberto</b>		<u><u>33.915</u></u>	<u><u>31.365</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- -

# GLP O Participações S.A.

## Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	11	(510)	(504)
Resultado de equivalência patrimonial	6	<u>5.559</u>	<u>792</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		5.049	288
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	12	(4.573)	(1.811)
Receitas financeiras	12	<u>152</u>	<u>147</u>
<b>Resultato financeiro líquido</b>		(4.421)	(1.664)
<b>Resultado líquido antes dos Impostos</b>		628	(1.376)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferidos	13	20	28
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<u>648</u>	<u>(1.348)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	10	0,0083	(0,0640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **GLP O Participações S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de reais - R\$)*

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro (prejuízo ) do exercício</b>	648	(1.348)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	648	(1.348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GLP O Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social		Reserva de Capital		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Subscrito	A integralizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>520</u>	<u>(1)</u>	<u>20.541</u>	<u>(20.530)</u>	<u>(3.842)</u>	<u>(3.312)</u>
Prejuízo do período	10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(1.348)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>520</u>	<u>(1)</u>	<u>20.541</u>	<u>(20.530)</u>	<u>(5.190)</u>	<u>(4.660)</u>
Integralização de capital social	10	-	1.042	-	-	-	1.042
Aumento de reserva de capital social	10	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Transferência de Reserva para Capital Social		20.541	(20.530)	(20.541)	20.530	-	-
Lucro do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>648</u>	<u>648</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>121.061</u>	<u>(119.489)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.542)</u>	<u>(2.970)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GLP O Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício e período	628	(1.376)
Juros e encargos financeiros líquidos	4.451	1.769
Custo de transação amortizado	61	82
Resultado da equivalência patrimonial	(5.559)	(792)
Aumento nos ativos operacionais:		
Impostos e contribuições a compensar	(53)	(8)
Adiantamento de fornecedores	5	(8)
Outros ativos circulantes	2	(2)
Outros passivos circulantes	119	-
Aumento nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	32	113
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(314)</u>	<u>(222)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de juros de empréstimos	(3.664)	(1.157)
Integralização de capital social	1.042	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(2.622)</u>	<u>(1.157)</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.936)</u>	<u>(1.379)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.321	4.700
No final do exercício	<u>385</u>	<u>3.321</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(2.936)</u>	<u>(1.379)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- -

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

### **1 Contexto operacional**

A GLP O Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em fase pré-operacional.

A Companhia tem por atividade preponderante: (1) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A GLP Brasil Ltda. é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

#### **Situação econômica e financeira**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 36.427 (R\$ 2.343 positivo em 31 de dezembro de 2021). Devido a política de caixa mínimo na Companhia de maneira que caso seja necessário, o fundo de gestão, realiza aportes para a Companhia cumprir suas dívidas e obrigações. Conforme mencionado na nota explicativa 16, durante 2023 já foram realizados aportes pelo fundo no valor de R\$37.500.

### **2 Base de apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 17 de abril de 2023.

### **3.2 Uso de estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

(a) **Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

### **3.4 Investimentos em controladas em conjunto**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimento controlados em conjunto (joint ventures).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

### **3.5 Outros ativos**

Referem-se a desembolsos e gastos envolvendo estudos de novos projetos para futuras aquisições de concessões e participações, avaliadas ao custo. Durante os estudos dos novos projetos, os custos são controlados como custos de aquisição no ativo e quando a concessão é realizada, classificamos para investimento no valor total da participação. Caso o projeto não se concretize como investimento, os custos são baixados para o resultado.

### **3.6 Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

### **3.7 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$ 240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

### **3.9 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo ou custo amortizado. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### ***Ativos financeiros***

##### ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

##### ***Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

##### ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado***

Os passivos financeiros (incluindo empréstimos e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

### 3.11 Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

## 4 Pronunciamentos contábeis

### Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2022.

### Futuros requerimentos

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixas e bancos	12	9
Aplicações financeiras (a)	373	3.312
	<u>385</u>	<u>3.321</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas à média de 97,00% do CDI (97,00% do CDI em 2021). Essas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

## 6 Investimento em controlada em conjunto

Composição do investimento no encerramento do exercício:

	<u>Participação</u>		<u>Investimentos</u>		<u>Equivalência patrimonial</u>	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Rodovia MS-306	20,00%	20,00%	33.459	27.900	5.559	792

### Informações financeiras resumidas das controladas em dezembro de 2022 e 2021

<b>Balço patrimonial:</b>		31/12/2022	31/12/2021
<b>Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. - GLP O</b>			
Total ativo circulante		123.838	167.916
Total ativo não circulante		638.930	545.350
<b>Total ativo</b>		<b>762.768</b>	<b>713.266</b>
Passivo circulante		21.360	34.151
Passivo não circulante		575.097	540.599
<b>Total passivo</b>		<b>596.457</b>	<b>574.750</b>
<b>Total PL</b>		<b>166.311</b>	<b>138.516</b>
<b>Total passivo e PL</b>		<b>762.768</b>	<b>713.266</b>
<b>Demonstração do resultado</b>			
Receita operacional líquida		102.458	67.436
Receitas com construção e infraestrutura		111.588	142.616
Receitas extraordinárias		136	-
Custos com construção e infraestrutura		(111.588)	(142.616)
Custos dos serviços prestados		(30.135)	(21.516)
<b>Resultado Bruto</b>		<b>72.459</b>	<b>45.920</b>
Despesas gerais e adm		(29.742)	(23.771)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		<b>42.717</b>	<b>22.149</b>
Resultado financeiro		(944)	(16.240)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>41.773</b>	<b>5.909</b>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(1.702)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos		(12.276)	(1.948)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>27.795</b>	<b>3.961</b>

### Movimentação dos investimentos

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	27.900	27.108
Resultado de equivalência patrimonial	5.559	792
	<u>33.459</u>	<u>27.900</u>

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A é o único investimento controlado em conjunto que a Companhia possui uma participação de 20%. A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, no 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência no 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia). Decorrentes da concessão, a controlada em conjunto assumiu um compromisso de pagamento de direito de outorga, dos quais foi reduzido o valor pago à vista, que corresponde à 19% da outorga, e as demais parcelas foram aplicadas uma taxa de desconto compatível com a taxa interna de captação de 10,52%.

A controlada em conjunto revisa anualmente as projeções de fluxos de caixas de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual.

## 7 Outros ativos

	31.12.2022	31.12.2021
Custos de novos empreendimentos (a)	<u>-</u>	<u>119</u>

- (a) Custos referente a estudos de novos projetos para futura aquisição de concessões/participações. Valor foi reconhecido no resultado, como uma despesa administrativa no ano de 2022, pois o projeto não foi desenvolvido.

### Movimentação de outros ativos

Descrição	Saldo em 31.12.2021	Baixa aos custos de pré aquisição	Saldo em 31.12.2022
Custos de pré aquisição	119	(119)	0,00

## 8 Empréstimos e financiamentos

	Taxa	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Debênture (a)	0,70% +CDI	20/01/2023	36.728	35.941
Custo de transação			<u>(5)</u>	<u>(66)</u>
Total			36.723	35.875
Circulante			36.723	875
Não circulante			-	35.000

- (a) Em 21 de fevereiro de 2021, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures públicas com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 10 de abril de 2022, prorrogado para 20/01/2023. As debêntures foram captadas com o Banco Mizuho. O montante total da emissão foi de R\$35.000 correspondentes a 35.000 debêntures. A remuneração dos investidores será pela variação de 100% do CDI mais 0,70% ao semestre.

### Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

	31.12.2022	31.12.2021
2023	<u>35.000</u>	<u>35.000</u>
Total	<u><u>35.000</u></u>	<u><u>35.000</u></u>

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Saldo no início do exercício	35.875	35.181
Juros apropriados	4.451	1.769
Pagamento – Juros	(3.664)	(1.157)
Amortização custos de transação	<u>61</u>	<u>82</u>
Saldo no fim do exercício	<u><u>36.723</u></u>	<u><u>35.875</u></u>

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que essa classificação está alinhada com o seu modelo de negócios. Em 31 de dezembro de 2022 o contrato de empréstimos da Companhia não possuía “covenants” financeiros e todos os covenants não financeiros foram atendidos pela Companhia.

As debêntures contam com garantia corporativa regidas pela lei de Singapura, prestadas pela GLP Pte Ltd.

## 9 Partes relacionadas

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores nos exercícios de 2022 e 2021.

## 10 Passivo a descoberto

### Capital social

Em dezembro de 2022 o capital social subscrito está representado por 121.060.654 ações nominativas (21.060.654 em 2021), todas ordinárias e sem valor nominal, no montante de R\$ 121.061, deste montante R\$ 1.572 (R\$ 519 em 2021) estavam totalmente integralizados. Foi integralizado o montante de R\$ 1.042 em 2022.

Em 5 de junho de 2020, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a emissão de 20.541.689 ações pelo preço de subscrição de R\$20.542 sendo destinado da seguinte forma: R\$20.541 à reserva de capital e R\$1 à conta de capital social a serem integralizados até 31 de dezembro de 2022. Da reserva de capital foram integralizados R\$ 11 em 2020.

Em 1 de julho de 2021, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a extensão até 31 de dezembro de 2059 do prazo de integralização do aumento de capital deliberado em ato de assembleia geral ordinária e extraordinária realizado em 5 de junho de 2020.

Em 7 de junho de 2022, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a emissão de 100.0000 ações pelo preço de subscrição de R\$100.000 sendo destinado à conta de capital social a serem integralizados até 31 de dezembro de 2059. Aprovada também a incorporação ao capital social da companhia das reservas de capital, no montante de R\$ 20.541, que deste montante R\$ 20.530 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2059.

### Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2022 e 2021, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

### Prejuízo básico diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	648	(1.348)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	<u>77.773</u>	<u>21.061</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	<u>0,0083</u>	<u>(0,0640)</u>

## 11 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2022	31.12.2021
Despesa com advogados, auditores e consultores	(300)	(285)
Despesa com publicações, publicidades e propaganda	-	(56)
Despesa com projetos encerrados	(119)	-
Outras despesas administrativas	<u>(91)</u>	<u>(163)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(510)</u></b>	<b><u>(504)</u></b>

## 12 Resultado financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.451)	(1.769)
Custo de transação	(61)	-
Despesas Bancárias	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	<u>(60)</u>	<u>(41)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(4.573)</u></b>	<b><u>(1.811)</u></b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação financeira	<u>152</u>	<u>147</u>
<b>Total</b>	<b><u>152</u></b>	<b><u>147</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(4.421)</b>	<b>(1.664)</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 8.491 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados (R\$3.623 em 31 de dezembro de 2021), para compensação com resultados tributáveis futuros. A Administração da Companhia registrará os referidos créditos quando da existência de projeções de lucros tributáveis futuros.

### Imposto de renda e contribuição social diferido

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivo</b>		
Custo de Transação	<u>(5)</u>	<u>(66)</u>
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>(66)</b>
(x) alíquota nominal de	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL	(2)	(22)
Diferido	<u>(2)</u>	<u>(22)</u>

### **Movimentação IRPJ e CSLL diferido**

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Saldo anterior	(22)	(50)
Custo de Transação	20	28
Saldo no fim do exercício	(2)	(22)

## **14 Instrumentos financeiros**

### **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

### **Risco de gestão de capital**

A GLP como co gestora, por meio do Fundo, administra o capital da Companhia para assegurar que a Companhia possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 8, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa detalhado na Nota Explicativa nº 5).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia trabalha com política de caixa-zero, ficando os aportes de capital realizados conforme solicitação. A dívida será honrada no seu vencimento.

A dívida líquida da Companhia em relação ao passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Dívida bruta (Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante)	36.723	35.875
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(385)	(3.321)
Dívida líquida	36.338	32.554
Passivo a descoberto	2.970	4.660
Índice de dívida líquida sobre o passivo a descoberto	(12,24)	(6,99)

## Categorias de instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021	Classificação
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	385	3.321	Valor justo por meio de resultado
Total	<u>385</u>	<u>3.321</u>	
<b>Passivos financeiros:</b>			
Empréstimos e financiamentos	36.723	35.875	Custo amortizado
Contas a pagar	158	126	Custo amortizado
Total	<u>36.881</u>	<u>36.001</u>	

## Classificação dos instrumentos financeiros por nível

		<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>		
		Ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>						
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Caixas e equivalentes	5	385	385	385	-	-
Total		<u>385</u>	<u>385</u>	<u>385</u>	-	-
		<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>		
		Ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>						
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Caixas e equivalentes	5	3.321	3.321	3.321	-	-
Total		<u>3.321</u>	<u>3.321</u>	<u>3.321</u>	-	-

## Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de suas dívidas (cuja grande maioria foi contratada com taxas variáveis) e das receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras. A Companhia procura mitigar esses riscos por meio da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas também a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas (IGP-M), comparativamente aos aplicáveis a seus passivos (principalmente a TR).

## Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

### **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber e debêntures, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, para os próximos 12 meses; e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta e despesa financeira”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI, IPCA e IGPM com cada cenário:

#### **31 de dezembro de 2022**

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 10,97%	Cenário 2 8,23%	Cenário 3 5,49%
Aplicações Financeiras	CDI	373	41	31	20
Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 10,97%	Cenário 2 13,71%	Cenário 3 16,46%
Debêntures	CDI	(36.728)	(4.029)	(5.036)	(6.045)
Impacto financeiro líquido		(36.350)	(3.988)	(5.005)	(6.025)

#### **31 de dezembro de 2021**

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 12,25%	Cenário 2 9,19%	Cenário 3 6,13%
Aplicações Financeiras	CDI	3.312	406	304	203
Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 12,25%	Cenário 2 15,31%	Cenário 3 18,38%
Debêntures	CDI	(35.875)	(4.395)	(5.493)	(6.592)
Impacto financeiro líquido		(32.563)	(3.989)	(5.189)	(6.389)

## **15 Seguros**

Para o exercício de 2022 e 2021, a Administração optou por não constituir contratos de seguros.

## **16 Eventos subsequentes**

Em 19 de janeiro de 2023 foi realizado aporte do acionista no valor de R\$37.500. O aporte de capital foi aprovado previamente na AGE realizada em 07 de junho de 2022, onde estabelecia que o valor de capital subscrito será integralizado até 31 de dezembro de 2029.

A última parcela do empréstimo foi paga no valor de R\$ 37.024 dia 20 de janeiro de 2023. Este valor em 31 de dezembro de 2022 estava classificado em empréstimo e financiamentos como passivo circulante.